

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.576 - RJ (2019/0343440-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RODNEY LIMA DE FREITAS (PRESO)
ADVOGADO : PAULO ALOAN DA COSTA BERNARDO - RJ174079
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

RODNEY LIMA DE FREITAS alega sofre constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 0055840-29.2019.8.19.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Alegou a defesa, perante a Corte de origem, "o constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação no decreto de prisão preventiva por ocasião da prolação da sentença, por ter respondido o processo criminal solto" (fl. 32).

Não concedida a medida liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pela denegação do habeas corpus.

Decido.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado, em 16/7/2019, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, oportunidade em que **foi negado o direito a recorrer em liberdade**.

O Juízo de primeira instância apontou que "[a] folha de Antecedentes Criminais acostada às fls. 47/59 demonstra que **o réu responde a inúmeras ações penais pela prática de crimes patrimoniais, encontrando-se atualmente preso em razão de outro crime**. Logo, o acusado dá claras mostras de que, se solto, irá furtar-se à aplicação da lei penal" (fl. 69).

A esse respeito, urge consignar que a jurisprudência desta Corte Superior é firme ao asseverar que "[i]nquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a

Superior Tribunal de Justiça

teor da Súmula 444/STJ, **constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva**" (RHC n. 68550/RN, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, 6ª T., DJe 31/3/2016, grifei).

Nesse sentido, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

[...]

4. Ao decretar a custódia preventiva, o Juízo singular ressaltou o fundado risco de reiteração delitiva, porquanto, além da ação penal objeto deste *writ*, **o réu registra em seu desfavor outros procedimentos criminais e, até mesmo, condenação definitiva, pela prática de delitos de mesma natureza (reincidência específica), circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a prisão cautelar.**

5. Ordem denegada (HC 468.845/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, 6ª T., DJe 24/10/2018, destaquei).

[...]

2. No caso dos autos, a decisão que decretou **a custódia preventiva está suficientemente fundamentada pois, conforme consignado, o recorrente responde a vários processos por crimes patrimoniais**, sendo que, no momento do delito ora apurado, cumpria pena no regime aberto com tornozeleira eletrônica, o que não impediu de praticar novo delito. Ademais, além da condenação não transitada em julgado pelo delito de roubo, explicitada no acórdão impugnado, o magistrado singular, ao prestar informações a este Superior Tribunal de Justiça, noticiou que o recorrente é reincidente específico, eis que condenado definitivamente em processo que tramitou na Comarca de Nova Era/MG.

3. A reincidência do réu autoriza a segregação cautelar, nos termos do art. 313, II, do CPP, e justifica a custódia para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, nos moldes do art. 312 do mesmo Código [...] (**RHC n. 98.973/MG**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 24/8/2018, sublinhei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**